

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.495 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2002



Roosevelt Pinheiro

Iris Rezende presidiu os trabalhos da Comissão Mista de Segurança Pública

## Senadores examinam restrições ao celular para prevenir crime

Três projetos da Comissão Mista de Segurança devem ser votados amanhã pelo Plenário do Senado. Um deles visa dificultar o uso do telefone pré-pago na atividade criminosa, enquanto os outros atualizam a legislação penal tipificando novas atividades criminosas.

PÁGINA 3

### Reinício da obra do TRT-SP será discutido em audiência

PÁGINA 5



Projeto em exame na Comissão de Educação assegura bolsas para estudantes sem recursos onde a rede pública for insuficiente

### Estudante pobre pode ter bolsa de estudo garantida

PÁGINA 3



Célio Azevedo

### Comissão de Assuntos Sociais define regras da reprodução assistida

Substitutivo a projeto de Alcântara terá decisão terminativa

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Os senadores da CAS aprovaram requerimento para audiência com Luiz Felipe

### Diretor da Anvisa explica fiscalização de medicamentos

O diretor de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Felipe Moreira Lima, presta esclarecimentos amanhã à Comissão de Assuntos Sociais sobre a atuação do órgão na fiscalização dos remédios à venda no Brasil. Luiz Felipe fez denúncias de como os grandes laboratórios conseguem impor seus interesses junto ao governo federal.

PÁGINA 3

## Presidente do STF fala sobre precatórios de estados e municípios

Marco Aurélio Mello participa amanhã de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Também devem ser abordados os pedidos de intervenção federal em estados e no Distrito Federal pelo não pagamento dessas dívidas

PÁGINA 5



Xanana Gusmão foi um dos líderes da luta pela independência do Timor Leste

## Filme sobre o Timor Leste será exibido na quarta

Será exibido quarta-feira, às 19h, no Auditório Petrônio Portella, o documentário *Timor Lorosae – O massacre que o mundo não viu*, com direção de Lucélia Santos. O evento é uma promoção do gabinete da senadora Marina Silva (PT-AC) e da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado.

Após a exibição, haverá um debate sobre a produção do documentário e as condições sociopolíticas no Timor Leste, com a participação de Marina Silva, do deputado federal Fernando Gabeira (PT-RJ), da diretora do filme, do diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Wagner Caldeira, do representante do Centro de Comunicação Social do Exército, coronel João Beraldo, do presidente do Comitê Brasileiro de Solidariedade Brasil-Timor Leste, jornalista Beto Almeida, e da jornalista Rosaly Forganis.

A sinopse divulgada pelos organizadores do evento diz: "Três meses após deixar de ser uma colônia portuguesa, em 1975, o Timor Leste foi invadido pela vizinha Indonésia e seu povo sofreu durante 25 anos um dos mais cruéis massacres do século 20. Um terço da população foi assassinado durante a luta pela independência. Após o povo timorense ter finalmente confirmado sua soberania num plebiscito supervisionado pela ONU em 1999, as tropas indonésias deixaram sua última marca: queimaram 90% do país".

# Secs fará credenciamento de jornalistas no Senado

Diretor da Secretaria de Comunicação Social afirma que novos formulários atendem interesse dos usuários e as necessidades da Casa

A partir do dia 16, quinta-feira, o credenciamento de jornalistas e demais profissionais de comunicação social no Senado, bem como a emissão de autorizações provisórias de acesso à Casa, serão de responsabilidade do diretor da Secretaria de Comunicação Social (Secs). Ato da Comissão Diretora nesse sentido foi publicado em 16 de abril passado.

Segundo o diretor da Secs, Wagner Caldeira, os novos formulários de solicitação de credenciais permanentes ou provisórias – concedidas exclusivamente a jornalistas, repórteres fotográficos e

cinematográficos –, bem como de autorizações para equipes de apoio jornalístico ou de produção de matéria não-jornalística, foram elaborados de acordo com o interesse dos usuários e as necessidades da Secs e da Subsecretaria de Segurança Legislativa.

Nos casos de credenciamento permanente e de autorização para equipes de apoio jornalístico ou a realização de produções não-jornalísticas, os formulários deverão ser preenchidos pelo órgão ou empresa interessado, dirigidos ao 1º secretário, senador Carlos Wilson, e apresentados à Secretaria

de Comunicação Social, via serviço de protocolo do Senado.

Já o formulário para o credenciamento provisório deverá ser preenchido pelo órgão ou empresa interessado e entregue no posto avançado da Secs localizado na Chapelaria do Senado, ou enviado diretamente pelo fax (61) 311-1294. A validade da credencial permanente será indeterminada, com renovação anual. A de caráter provisório valerá durante a semana na qual for expedida. A concessão de credencial provisória ao mesmo profissional será limitada a quatro vezes no trimestre.

## BALANÇO

### Abertura da mídia ao capital estrangeiro foi destaque

As votações do Senado na semana passada foram marcadas pelas decisões de abrir as empresas de comunicação à participação do capital estrangeiro e de contrariar a resolução com que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impôs a verticalização nas coligações partidárias para as eleições deste ano. As duas decisões foram tomadas em primeiro turno, devendo o Plenário ainda votá-las em segundo turno.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) relativa à mídia limita o aporte de capital estrangeiro a 30% do capital total das empresas de comunicação. Ela também permite que qualquer pessoa jurídica constituída sobre as leis brasileiras e com sede no país seja proprietária dessas empresas.

A PEC ressalva que, em qualquer caso, pelo menos 70% do capital das empresas terão que pertencer,

direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Determina ainda que caberá a esses brasileiros, obrigatoriamente, gerir as atividades e estabelecer o conteúdo da programação. Se aprovado em segundo turno, o texto vai à promulgação.

A proposta que derruba a resolução do TSE, contudo, ainda precisa ser votada na Câmara dos Deputados. De autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ela assegura aos partidos autonomia para escolher suas coligações eleitorais, inclusive nas eleições deste ano.

Os senadores aprovaram também projeto criando o Programa Grande Fronteira do Mercosul, a ser implementado nos municípios dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, localizados em faixa de até 450 quilômetros de largura da



Bernardo Cabral é autor da PEC que assegura aos partidos autonomia para definir coligações

fronteira brasileira com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Os objetivos do programa são a fixação do homem no campo, o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento econômico e social e a integração da região ao Mercosul.

O Senado aprovou ainda projeto obrigando as locadoras de veículos a fazerem seguro dos carros de sua propriedade. O projeto estabelece que essas empresas se responsabilizarão pelos danos pessoais causados a terceiros em acidentes de trânsito, desde que a culpa seja do motorista que alugou o veículo.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros, MP nº 31/02, abre crédito extraordinário no valor de R\$ 209,6 milhões em favor da Presidência da República e dos ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional; MP nº 32/02, prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309/01, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras; MP nº 34/02, abre crédito extraordinário em favor dos ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor de R\$ 805 milhões; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, que veda a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/01, altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição federal, para incluir chefes de missões diplomáticas de caráter transitório entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/02, acrescenta o art. 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; PLS nº 105/02, dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos.

### COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública com a exposição de Marco Aurélio Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal, acerca "dos inúmeros pedidos de intervenção federal nos estados e Distrito Federal, em razão de descumprimento de decisão judicial para pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentícia", bem como instruir a tramitação do PLC nº 147/01, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos estados e do Distrito Federal. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

14h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

17h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

18h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a presença de Luiz Felipe Moreira Lima, diretor de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para prestar esclarecimentos sobre a atuação da agência na fiscalização dos medicamentos à venda no Brasil. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

18h – Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.151-3, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (anistiado político).

Pauta: discussão da matéria. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado vota projetos de combate à violência

Uma das propostas obriga operadoras de celulares pré-pagos a manterem cadastro dos usuários. Outra agrava a punição de homicídio praticado por duas ou mais pessoas. A última restringe a substituição da pena privativa de liberdade

Três projetos que têm como objetivo reduzir os índices de violência no país estão entre as matérias que serão apreciadas nesta semana pelo Plenário. Um deles, que será votado amanhã, visa dificultar o uso do celular pré-pago na atividade criminosa. Os outros dois atualizam a legislação penal tipificando novas atividades criminosas. As matérias são oriundas da Comissão Mista de Segurança Pública.

A proposta que trata dos telefones pré-pagos obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações na modalidade a manter cadastro atualizado dos seus usuários. Esse cadastro deverá conter, além de nome e endereço completos, o número do documento de identidade, no caso de pessoa física; ou do registro no Ministério da Fazenda, no caso de pessoa jurídica.

Também amanhã, será votado projeto que atualiza dispositivos do Código Penal, da Lei dos Crimes Hediondos e do Código de Processo Penal. Se aprovado, a lei penal passará a punir com pena de 12 a 30 anos de reclusão o homicídio praticado com o concurso de duas ou mais pessoas ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima.

**DIRIGENTES ESPORTIVOS**  
Em primeiro turno, o Plenário



Propostas que serão apreciadas esta semana pelo Plenário visando reduzir a criminalidade são oriundas da Comissão Mista de Segurança Pública

decide amanhã sobre proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que impede a recondução dos dirigentes desportistas por mais de um período consecutivo.

Na quinta-feira, o Senado vota, em primeiro turno, outra proposta de emenda constitucional: a que fixa limites para os gastos do governo com publicidade, de iniciativa do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). No mesmo dia, o Senado inicia a discussão, em segundo turno, da proposta do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que dá aos partidos políticos liberdade para se coligarem como quiserem, inclusive na formação de chapas para as eleições deste ano.

Ainda na quinta-feira e também em segundo turno, o Plenário dará início à discussão de mais três PECs: a que permite às empresas de comunicação abrir até 30% do seu capital ao investimento estrangeiro; a de iniciativa do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que possibilita o desenvolvimento funcional, mediante processo seletivo, de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente; e o texto do senador Bernardo Cabral que redefine o número de deputados que devem ter as assembleias legislativas.

Na mesma sessão, o Senado delibera sobre projeto que impede, em determinados casos, a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.

## Aluno carente poderá obter bolsa em escola particular

A Comissão de Educação (CE) examina amanhã substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto da Câmara dos Deputados que assegura a concessão de bolsas de estudo, em escolas particulares, a estudantes carentes do ensino fundamental e médio. Terão acesso às bolsas os estudantes que morem em locais em que houver falta de vagas e de cursos regulares nas escolas da rede pública. A matéria regulamenta o artigo 213 da Constituição e tramita em conjunto com projeto apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) sobre o assunto.

Conforme o projeto a ser analisado pela CE, é considerado carente o estudante cuja renda familiar esteja abaixo do limite de isenção do Imposto de Renda. Os recursos destinados às bolsas de estudo serão previstos nos orçamentos públicos e o déficit de vagas da rede

escolar pública deverá ser divulgado após censo escolar anual realizado pelo poder público competente.

A comissão decidirá em caráter terminativo sobre a proposta de criação de um canal de TV a cabo reservado ao Comando do Exército. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), relatora, emitiu parecer favorável.

O senador Luiz Otávio (PPB-PA), autor do projeto, justifica que o Exército brasileiro precisa dispor desse meio para a divulgação de suas atividades. Ele argumenta que a TV do Exército muito contribuirá para a realização das atividades de assistência às populações mais distantes e isoladas das ações sociais dos setores civis do Estado.

Além de 38 projetos de decreto legislativo autorizando a concessão ou a renovação de concessões para a exploração de serviços de



Projeto de Casildo Maldaner prevê concessão do benefício em locais onde não houver vaga na rede pública

radiodifusão sonora em vários estados, a pauta da CE inclui projeto que institui o Dia Nacional do Consumidor, e que tem parecer favorável do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES). Outro projeto, com parecer favorável do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), cria o Dia Nacional da Juventude. Outra proposta a ser analisada confere ao ex-governador Mário Covas a designação de "Patrono do Turismo Nacional". O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), em seu parecer, recomenda a aprovação.

## Diretor da Anvisa esclarece denúncias contra laboratórios

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza amanhã, às 18h, audiência pública com a presença do diretor de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Felipe Moreira Lima. Ele prestará informações sobre a atuação da Anvisa na fiscalização dos medicamentos à venda no Brasil. O requerimento para a audiência pública é de iniciativa do senador Tião Viana (PT-AC).



Audiência na Comissão de Assuntos Sociais foi solicitada por Tião Viana

o despreparo da Anvisa para enfrentar e coibir práticas irregulares que envolvem a comercialização de medicamentos no mercado brasileiro.

Tião Viana destacou que ainda este mês expira o mandato de Luiz Felipe e o presidente da República submeterá ao Senado o nome do seu substituto. Caberá à CAS se manifestar sobre a indicação. "Trata-se de apurar as responsabilidades pela gestão de uma área crítica para a sociedade brasileira e também verificar se existem falhas na legislação e propor medidas duras", afirmou.

Em dezembro do ano passado, em audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC),

Luiz Felipe confirmou ter classificado a gerência de medicamentos da Anvisa como um "balcão de negócios". Ele também declarou que a citada gerência não cumpre a função a que se destina. Também apresentou dados demonstrando

## Edison Lobão defende maior parceria com Rússia e China

O Brasil deve incrementar suas relações comerciais com grandes países, como Rússia, China e Índia, tornando-se menos suscetível a problemas com o seu principal parceiro, os Estados Unidos, avaliou o senador Edison Lobão



Lobão quer Brasil menos suscetível a problemas comerciais com os EUA

(PFL-MA) em pronunciamento sobre os esforços do governo federal em alcançar resultados positivos na balança comercial. Mais da metade das vendas externas brasileiras está direcionada a apenas seis mercados: Estados Unidos, Argentina, Países Baixos, Alemanha, Japão e Itália.

— Nas difíceis condições deste começo de século, a possibilidade de preservação e ampliação de nossas autonomias externa e interna depende da consolidação de uma política externa mais ampla possível. Uma ação multilateral que

abarque o Mercosul, com a correlata formação de um sistema sul-americano de cooperação e livre comércio, articulado numa cooperação com a União Europeia — disse o senador.

Segundo o parlamentar, a atuação

do Itamaraty e os esforços do empresariado nacional já vêm dando resultado. "Em novembro de 2001, as vendas tinham crescido 62% para o Oriente Médio, 23% para a Ásia e 61% para a África. Tudo o que conseguimos no comércio exterior até hoje foi resultado de uma política de governo em aliança com as classes produtivas e a sociedade", citou o senador, como exemplo da diversificação das exportações.

Lobão também defendeu a diversificação da pauta de exportações brasileiras.

## Projeto sobre reprodução assistida será votado na CAS

Proposta do senador Lúcio Alcântara, que regulamenta processos de inseminação artificial e fertilização *in vitro*, está na pauta de quarta-feira

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quarta-feira para examinar, entre outras matérias, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta o processo de reprodução assistida, ou seja, a implantação artificial de espermatozoides ou embriões humanos no aparelho reprodutor de mulheres receptoras com a finalidade de facilitar a procriação, por meio de inseminação artificial e de fertilização *in vitro*. O relator do projeto, senador Tião Viana (PT-AC), produziu substitutivo que já foi aprovado em turno único e será submetido a turno suplementar de votação, em caráter terminativo. Caso não haja requerimento para que a ma-

téria vá a Plenário, ela seguirá diretamente para exame na Câmara dos Deputados.

Outras matérias a serem analisadas pela CAS são as indicações do presidente da República para a recondução de Ricardo Oliva ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), assim como a de Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para a diretoria da mesma agência.

Consta ainda da pauta de votações da CAS projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comer-



Projeto de Geraldo Cândido, sobre substitutos do leite, também está em pauta na CAS

cialização dos produtos que substituem o leite materno e artigos de puericultura. O parecer já foi aprovado em turno único e também será votado em turno suplementar, em decisão terminativa.

## Ademir quer agilizar retirada de órgãos para transplante

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto com o objetivo de resolver um problema burocrático que tem dificultado a retirada de órgãos de falecidos para transplantes em hospitais públicos e particulares. Atualmente, só se pode fazer a remoção de órgãos em hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde. O senador quer que as equipes das centrais de transplantes possam usar instalações de qualquer hospital, público ou privado, para retirada de órgãos.

A proposta prevê que o Sistema Único de Saúde (SUS) pagará posteriormente o hospital pelo uso de suas instalações por parte da equipe médica de transplantes. Ademir Andrade diz que, se aprovado, o projeto evitará que

se repitam fatos como o ocorrido recentemente em um hospital privado do Rio de Janeiro, quando a sua direção não aceitou, num primeiro momento, que fossem retirados órgãos de um doador de fígado. O hospital argumentou que o convênio de saúde do falecido não cobriria as despesas com a utilização do centro cirúrgico.

— A captação do órgão doado somente se realizou depois que a autoridade policial advertiu a direção do hospital que a recusa configuraria crime de omissão de socorro — disse o senador. Para ele, o drama das pessoas que passam anos na fila de transplantes não pode ser aumentado por problemas burocráticos como este.

Segundo a Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos, há uma grande fila de pessoas à espera de órgãos, apesar do número de transplantes ter crescido nos últimos anos, especialmente depois de 1997, quando foi aprovada pelo Congresso uma lei sobre o assunto. Ademir entende que o reduzido número de doações pode ser creditado a tabus, dúvidas e ao excesso de exigências burocráticas para regulam a retirada de órgãos. Para ele, campanhas informativas poderão aumentar o número de doadores.



Problemas burocráticos aumentam fila para transplantes, diz Ademir

## João Alberto: obesidade precoce aumenta no país

João Alberto Souza (PMDB-MA) uniu-se a pais e especialistas na preocupação com o crescimento do problema da obesidade precoce entre crianças e jovens brasileiros. Segundo o senador, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição do Ministério da Saúde, realizada em parceria com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela uma tendência de aumento.

— No Sudeste, em 1975, 2,5% da população infantil era obesa. Em 1995, esse percentual saltou para 12,9%. No Nordeste, em 1975, havia 1% de crianças com obesidade. Em 1997, o índice alcançou 4,6%. Não é uma questão de ricos ou pobres, é de todos — avaliou.

João Alberto disse que a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) hoje atende, em média, 400 crianças por mês. Ele acrescentou que o Hospital das Clínicas de São Paulo criou uma unidade específica com atendimento diário e, em Brasília, três hospitais públicos possuem ambulatórios de endocrinologia pediátrica.

— Segundo o dr. José Carlos



João Alberto considera que estilo de vida é causa do aumento da obesidade infantil

Taddei, coordenador do Departamento de Nutrição e Metabolismo da Unifesp, se o país não tomar providências terá no futuro uma epidemia de obesidade infantil, como ocorre hoje nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Nos EUA, 20% das crianças são obesas — assinalou.

Segundo o senador, doenças hormonais respondem por apenas 2% do problema. Para ele, o grande responsável é o estilo de vida das crianças, que ficam sentadas diante de televisores, sem atividades físicas e com maus hábitos alimentares.

## BALANÇO

### Hospital universitário pode receber de planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei que determina que os hospitais universitários e de ensino poderão destinar até 25% de seus leitos operacionais e de sua capacidade assistencial a pacientes pagantes ou com planos de saúde, que deverão ressarcir os custos do atendimento a seus beneficiários.

Proposto pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto garante aos demais usuários dos hospitais o mesmo nível de atendimento, admitindo-se apenas diferentes padrões de "hoteleria". Para o autor, a medida vai solucionar em grande parte o problema de falta de recursos para a manutenção dos hospitais universitários e de ensino.

Também foi aprovado pela CAS projeto que regulamenta o uso de técnicas de reprodução assistida, de autoria de Lúcio Alcântara. A matéria irá a votação em turno suplementar, seguindo para exame na Câmara dos De-

putados.

O texto determina o uso da reprodução assistida como forma de solucionar problemas de infertilidade e de prevenção e tratamento de doenças genéticas ou hereditárias, após esgotadas as demais alternativas. A regulamentação trata do consentimento das partes envolvidas, dos estabelecimentos e dos profissionais encarregados da aplicação das técnicas, das doações de gametas e embriões. Além disso, aborda os direitos dos filhos gerados por esse processo e garante aos beneficiários das técnicas de reprodução assistida a paternidade plena da criança, afastando a possibilidade de arguição judicial por parte de doadores de gametas ou de seus cônjuges.

A comissão aprovou ainda projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização, a fabricação e a publicidade de produtos alimentares destinados a lactentes e crianças na primeira infância.



Para Moreira, a essência do Dia das Mães deve ser o espírito do amor

### Moreira Mendes homenageia mães brasileiras

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) homenageou as mães de todo o Brasil pela passagem do seu dia, comemorado anualmente no segundo domingo de cada mês de maio. Ele afirmou que atualmente a mulher tem conquistado o seu espaço em todos os setores da sociedade, como na educação, saúde, economia e na política.

— Excluído o espírito da exploração comercial desse dia, atentemos para a sua essência, que é o espírito do amor, da virtude, do doar-se por inteiro, da tolerância, da esperança, do querer o melhor para o outro, do anular-se no afã de fazer o filho melhor — disse o senador.

# Audiência examina plano para obras do TRT-SP

Ministros de tribunais, Ordem dos Advogados do Brasil e engenheiro-chefe do Banco do Brasil devem explicar nesta quarta-feira à Comissão Mista de Orçamento o projeto para conclusão dos dois prédios

## Luiz Otávio propõe criação de TV a cabo para o Exército

Projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA) propõe a criação de um canal de TV a cabo para divulgar as ações empreendidas pelo Exército brasileiro. O parlamentar explica que o objetivo do canal é exibir as atividades dos militares, levar ao público informações de como chegar às unidades do Exército e os procedimentos a serem realizados, e quais os prazos a serem respeitados pelos brasileiros em idade de prestar serviço militar.

De acordo com a proposta, dotar o Exército de um instrumento de comunicação representará apoio à instituição no cumprimento de suas funções constitucionais de defesa da nação, garantia da lei e da ordem, além de servir de veículo ímpar para a promoção, junto aos jovens, dos valores morais e cívicos. A matéria está tramitando na Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra do Senado sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que a decisão



Luiz Otávio diz que o Exército está presente nos mais diversos aspectos do desenvolvimento

seja submetida ao Plenário.

O senador argumenta que o Exército se faz presente nos mais diversos aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira, garantindo a soberania e a integridade territorial e social do país. Luiz Otávio classificou como importante o apoio logístico que as unidades do Exército costumam fornecer a órgãos públicos que atuam em fiscalização ambiental, construção de rodovias e telecomunicações.

## BALANÇO

### Senado aprimora controle sobre a política monetária

As decisões adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Comitê de Política Monetária (Copom) poderão ser mais bem acompanhadas pelo Senado, segundo prevê substitutivo do senador licenciado Bello Parga (PFL-MA) a projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana que passou.

De acordo com o texto aprovado, a CAE promoverá audiência pública com o presidente do Banco Central do Brasil, para que ele preste esclarecimentos sobre a previsão dos efeitos que a política monetária terá sobre a economia nacional e sobre o patrimônio daquela autarquia. O texto aprovado faculta a realização de reuniões extraordinárias da CAE com membros do CMN, para os mesmos esclarecimentos.

#### CCJ

Já na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi aprovada, entre outras matérias, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá à União condições de exercer seu direito de propriedade sobre os recursos minerais brasileiros. A proposta, segundo José Eduardo Dutra (PT-SE), toma como base a sistemática de exploração estabelecida para os recursos hídricos, a qual, na sua opinião, está devidamente equacionada.

O novo modelo de exploração de recursos minerais pretendido pelo autor passa pela alteração de artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para que, em dois anos, seja feita uma revisão completa das concessões de lavra de jazidas de recursos minerais desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 6, em 1995.

A Comissão Mista de Orçamento vai ouvir nesta quarta-feira, a partir das 13h30, ministros de tribunais, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o engenheiro-chefe do Banco do Brasil para conhecer os planos para a retomada das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Os dois prédios, na cidade de São Paulo, foram motivo de uma CPI do Senado, que apontou desvios de R\$ 169 milhões dos recursos destinados à sua construção, envolvendo o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e o ex-senador Luiz Estevão.

A audiência, aberta ao público, foi marcada pelo presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), atendendo a requerimento do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP). Serão questionados o ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir Pazzianoto, o presidente do TRT de São Paulo, Francisco Antônio de Oliveira, o diretor adminis-

trativo do mesmo tribunal, César Augusto Gilii, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Approbato Machado, o secretário-geral da OAB-SP, Valter Uzzo, o coordenador da equipe de engenharia do Banco do Brasil, Joaquim Andrade

Filho, e um representante do Tribunal de Contas da União (TCU).

Depois da CPI do Senado, foi instaurado processo contra os responsáveis pelos desvios, e o presidente da República criou uma comissão para decidir o que fazer com os prédios. Ficou acertado que o Banco do Brasil será o responsável por sua conclusão e, por isso, a Comissão Mista de Orçamento está convidando o engenheiro-



Carlos Bezerra marcou a audiência proposta pelo deputado Alberto Goldman

chefe do BB. Engenheiros do banco calculam que serão ainda necessários R\$ 44 milhões para que os prédios estejam prontos.

Pouco antes de deixar a presidência do TST, Almir Pazzianoto decidiu repassar R\$ 8,6 milhões para a retomada das obras. A verba sairá do total de R\$ 17,6 milhões que a Comissão de Orçamento destinou a todos os investimentos do TST.

Pazzianoto explicou que estava destinando as verbas por causa da precariedade das instalações de prédios alugados no centro de São Paulo para abrigar as varas do trabalho. Entretanto, o redirecionamento do dinheiro depende de aprovação do Congresso.

## Marco Aurélio Mello discute amanhã na CAE pagamento de precatórios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã audiência pública com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, para discutir projeto do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) que cria condições para que estados e municípios possam pagar os precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar. Marco Aurélio também comentará os pedidos de intervenção federal nos estados e no Distrito Federal em razão do não pagamento destas dívidas.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), autor de substitutivo ao projeto, pediu urgência na sua discussão, dada a situação de carência vivida pelos estados. Somente o estado de São Paulo deve atualmente cerca de R\$ 2,5 bilhões em precatórios alimentares, sem ter como pagá-los, exemplificou.

O substitutivo de Tuma permite que os depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a tributos, feitos em dinheiro, mesmo que inscritos na dívida ativa, sejam efetuados em estabelecimento oficial dos estados e do Distrito Federal ou em instituição financeira oficial da União. Num prazo de 48 horas, estes deverão transferir metade do valor depositado para as contas dos governos estaduais e do DF, que utilizarão os recursos no pagamento dos precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar.



Tuma apresentou substitutivo a projeto sobre precatórios

## Infra-Estrutura analisa projetos que tratam do horário de verão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, às 14h30, para analisar pauta de 15 itens, entre os quais parecer do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), favorável ao projeto de autoria do deputado federal Márcio Fortes (PSDB-RJ) que estabelece de forma permanente as datas e as regiões que terão horário de verão no Brasil.

O projeto estabelece que a hora de verão começará a partir de zero hora do terceiro domingo de outubro de cada ano e terminará na zero hora do segundo domingo de fevereiro do ano seguinte. Também determina que abrangerá os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Outro parecer sobre o assunto é o de Mauro Miranda (PMDB-GO), favorável ao projeto de Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão em Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.

Também estão incluídos na pauta requerimentos convocando o ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Sousa, para prestar esclarecimentos sobre as condições das rodovias federais, e o ministro de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, para debater o Programa Energético Nacional.



Eduardo Siqueira Campos apóia regras para horário de verão

# Marina cobra ratificação de acordos internacionais

Senadora apela por mais agilidade na aprovação do Protocolo de Kyoto e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu em Plenário que seja agilizada, no Senado, a ratificação do Protocolo de Kyoto e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Enquanto o primeiro cria mecanismos para estabilizar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera e, assim, reduzir as alterações no sistema climático do planeta, o segundo reconhece, em nível internacional, a autonomia dos povos indígenas no tocante a sua organização social, línguas, costumes e tradições.

O apelo da senadora petista tem o objetivo de garantir ao Brasil "chegar com o dever de casa pronto" à Rio + 10, conferência que será realizada em setembro, em Johannesburgo, na África do Sul, e que dará continuidade às discussões sobre meio ambiente tra-



Assinatura dos acordos marcará posição brasileira no cenário mundial, diz Marina

vadas na Eco-92.

— Ao aprovar o Protocolo de Kyoto, o Brasil marca posição política representativa dos países em desenvolvimento — afirmou Marina Silva.

Aprovado durante a Eco-92, esse protocolo estabelece instrumentos, a serem adotados pelos países que o ratificarem, para limitar as emissões de gases que concorrem para o desequilíbrio

Jane de Araújo

climático global. Entre os efeitos mais graves já observados, destaca-se a elevação da temperatura na atmosfera terrestre e do nível do mares. A senadora se disse apreensiva com a disposição dos Estados Unidos de não referendar esse compromisso internacional e ainda cooptar outros países industrializados, como Japão, Canadá e Austrália.

Quanto à Convenção 169 da OIT, Marina Silva defendeu a supressão de uma emenda legislativa que poderia inviabilizar sua validação junto ao organismo internacional, por impor restrições à ratificação do texto original. Segundo a senadora, não há motivos para o Brasil deixar de referendar esse acordo, pois as proteções previstas para os povos indígenas já são garantidas pela Constituição federal, como o direito aos territórios que ocupam e ao uso de seus recursos naturais; à preservação de sua cultura e atividades tradicionais; ao acesso à saúde e à assistência social.

## CRE decide se faz audiência sobre Protocolo de Kyoto

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decide amanhã, a partir das 17h, se realiza audiência pública para avaliar e debater o texto do Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre

Mudança do Clima, elaborado durante a Terceira Conferência das Partes.

A audiência foi solicitada em requerimento apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC), que sugere a participação do minis-

tro das Relações Exteriores, Celso Lafer, do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, do representante do Fórum Nacional sobre Alterações Climáticas, Fábio Feldman, e do deputado Fernando Gabeira (PT-RJ).

## Suassuna pede apoio para ingresso de Taiwan na OMS

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou que, entre os dias 13 e 18 de maio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) realiza reunião em Genebra, na Suíça. O senador, que preside o Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan, enviou carta ao ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, solicitando apoio do Itamaraty ao ingresso de Taiwan na OMS, como país observador.

Entre as razões enumeradas por Suassuna para a partici-

pação daquele país asiático na OMS estão o sistema de seguro de saúde pública lá implementado, considerado exemplar, e o alto nível de expectativa de vida da população, de 23 milhões de pessoas.

Para evitar possíveis atritos políticos com a China, que não reconhece a soberania e reivindica a reincorporação do país ao seu território, Suassuna sugere que Taiwan participe da reunião da OMS ao menos como "Entidade de Saúde Pública".



Roosevelt Pinheiro

Para Suassuna, nível de expectativa de vida de Taiwan justifica ingresso do país na OMS

## Marluce denuncia aumento de trabalho escravo no país

Ao discursar em homenagem ao Dia do Trabalho, comemorado no último dia 1º, Marluce Pinto (PMDB-RR) manifestou, na sexta-feira, sua indignação diante das denúncias do jornal *Planalto Central*, de Brasília, sobre o aumento de 1.000% no número de trabalhadores escravos no campo em vários estados do Norte e Nordeste do Brasil, comparado ao número de 1995.

Marluce afirmou estar particularmente entristecida em ver o estado de Roraima entre os citados.

— Vou exigir dos órgãos competentes do governo do estado maiores informações e, do Ministério Público Estadual, solicitarei investigações sobre o assunto, e o indiciamento e punição dos culpados, caso as denúncias sejam confirmadas — anunciou.

Marluce afirmou que o trabalhador brasileiro merece a contrapartida justa pelo que produz, merece ser remunerado de forma a garantir acesso a condições



Jane de Araújo

Marluce quer punição dos responsáveis pelo trabalho escravo

mínimas para uma vida mais digna e mais feliz.

— Nós, que legislamos, e aqueles que executam as leis precisamos ter, como meta superior, uma mais justa distribuição da renda nacional, um legítimo direito individual e social de cada brasileiro — defendeu.

A senadora reconheceu que, no Dia do Trabalho, não há muito o que comemorar. Milhares de brasileiros, lembrou, passam pela angústia de querer e precisar trabalhar, sem encontrar colocação. Ela citou números publicados na revista *Isto É*, mostrando que, na Grande São Paulo, 19,9% da população economicamente ativa — 1,8 milhão de pessoas —, está desempregada.

Presidindo a sessão, Lindberg Cury (PFL-DF) manifestou apoio às palavras de Marluce, observando não haver nada mais trágico e desumano do que uma família "passando necessidade" porque pai e mãe estão desempregados.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Saúde/Unip* — Correção das Deformações Congênicas — parte 1  
6h30 — *Cidadania* — O senador Moreira Mendes e o senador Jonas Pinheiro falam sobre o endividamento rural  
7h30 — *Entrevista* — O senador Juvêncio da Fonseca fala sobre a reserva biológica do Nabilec no Pantanal  
8h — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 12  
8h30 — *Saúde/Unip* — Correção das Deformações Congênicas — parte 1  
9h — *Especial* — Agenda 21 — Infantil  
9h30 — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade nº 12  
10h — *Seminário* — Fraternidade dos Povos Indígenas — Parte 2  
11h — *Especial* — Agenda 21 — Infantil  
11h30 — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 12  
12h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos nº 12  
12h30 — *Entrevista* — O senador Atilino Porto fala sobre a Medidas Provisórias das dívidas rurais  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade nº 12  
13h30 — *Cidadania* — O senador Casildo Maldaner e o sr. Fernando Roggio, diretor do Instituto Baleia Branca, falam de Ecoturismo e o Projeto Baleia Franca  
14h25 — *Senado Informa* (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
14h30 — *Senado Informa* (ao vivo)  
18h30 — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade nº 12  
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos

projetos nº 12

19h30 — *Cidadania* — O senador Waldeck Ornelas e o general Cesário falam sobre a Rádio Verde-Oliveira  
20h30 — *Entrevista* — O senador Osmar Dias fala sobre o Banco da Terra  
21h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música e informação  
7h30 — *Fala Cidadão*  
Em seguida — Música e informação  
8h — *Senado Primeira Hora*  
(As principais notícias do Senado, do país e do mundo)  
9h — Música e informação  
13h — *Fala Cidadão*  
Em seguida — Música e informação  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
18h30 — *Fala Cidadão*  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
21h — *Fala Cidadão*  
Em seguida — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — Programa *Vozes do Século XX* (reprise)  
RÁDIO SENADO ONDAS CURTAS  
(Transmitindo para a Região Norte/Nordeste/Centro-Oeste e Norte de Minas na Frequência de 5990 KHz, na Faixa de 49 metros)  
7h — *Revista* — *Coisas do Brasil*  
8h/23h — Transmissão em cadeia com a Rádio Senado FM

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Heloísa insiste em investigação de denúncias

Com o argumento de que o Senado não pode ignorar as acusações veiculadas pela imprensa, senadora propõe que Comissão de Fiscalização e Controle ouça já nesta quarta-feira algumas das pessoas citadas no noticiário

## Lindberg elogia o trabalho de Franciscone no Denatran

Antes que a imprensa divulgasse, na sexta-feira, a demissão do diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Guilherme Franciscone, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) subiu à tribuna do Senado para elogiar a



Lindberg Cury ressaltou normas baixadas pelo então diretor sobre radares e pardais

radares, *pardais* e lombadas técnicas em qualquer via pública. A instalação somente seria legal, perante o Denatran, se houvesse argumentos técnicos que justificassem a medida, levando em conta, por exemplo, a intensidade

de de tráfego da via, o índice de acidentes ali ocorridos, se haveria trânsito intenso de pedestres ou escolas nas imediações. Lindberg disse que a medida do Denatran disciplinaria a situação atual, "completamente desvirtuada pela indústria de multas", pela qual as empresas que instalam e fornecem os equipamentos eletrônicos ganham altas comissões que chegam a até R\$ 40 por multa expedida. Ele deu como exemplo o caso do Distrito Federal, em que muitos motoristas receberam cobrança de multas superiores ao valor do seu veículo.

de de tráfego da via, o índice de acidentes ali ocorridos, se haveria trânsito intenso de pedestres ou escolas nas imediações.

Lindberg disse que a medida do Denatran disciplinaria a situação atual, "completamente desvirtuada pela indústria de multas", pela qual as empresas que instalam e fornecem os equipamentos eletrônicos ganham altas comissões que chegam a até R\$ 40 por multa expedida. Ele deu como exemplo o caso do Distrito Federal, em que muitos motoristas receberam cobrança de multas superiores ao valor do seu veículo.

## Para Quintanilha, Vaticano precisa reavaliar o celibato

Os recentes episódios de abuso sexual envolvendo padres e bispos católicos devem levar o Vaticano a discutir a revisão do celibato, afirmou o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). Depois de enumerar casos de pedofilia entre religiosos, principalmente nos Estados Unidos,



Direito de constituir família daria tranquilidade ao sacerdote, afirma Quintanilha

o senador observou que existe relação direta entre a proibição de padres constituírem famílias e ocorrências deste tipo.

— Assegurar ao religioso a possibilidade de constituir família pode dar-lhe a tranquilidade necessária para exercer o sacerdócio e contribuir para aprimorar o imprescindível papel desempenhado pela Igreja Católica na edificação de

uma sociedade moralmente íntegra e socialmente justa — observou Quintanilha. O senador elogiou a posição da Santa Sé com relação aos casos de pedofilia. O abuso sexual, conforme de-

cisão da Igreja, foi considerado crime pela sociedade e "grave pecado diante de Deus", sobretudo quando cometido por "aqueles que têm a missão de ajudar as pessoas a se conduzirem de acordo com as normas santas da Igreja". Quintanilha disse ainda que o Vaticano não pode esconder da sociedade fatos desse tipo sob o argumento de preservar o catolicismo.

o senador observou que existe relação direta entre a proibição de padres constituírem famílias e ocorrências deste tipo.

O Senado não pode ignorar as denúncias que vêm sendo divulgadas pela imprensa envolvendo pessoas que seriam ligadas ao senador José Serra (PSDB-SP), pré-candidato à Presidência da República, disse sexta-feira, da tribuna, a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela propôs que a Comissão de Fiscalização e Controle empenhe-se nas averiguações e realize, já nesta quarta-feira, uma audiência pública para ouvir alguns dos envolvidos nos fatos denunciados.

A senadora registrou que a *Folha de S. Paulo* da última sexta-feira traz novas denúncias de crimes contra a administração pública vinculados à figura do senador José Serra. De acordo com a matéria, o empresário Ricardo Sérgio de Oliveira ajudou a favorecer, em 1995, quando era diretor do Banco do Brasil (BB), empresas de Gregorio Marin, na época sócio em terreno de Serra. O BB, de acordo com o



Heloísa Helena citou novas denúncias contra Ricardo Sérgio, ex-diretor do Banco do Brasil

noticiário, concedeu redução de dívida de R\$ 73,7 milhões à Gremafer e à Aceto, de Marin. A ajuda, conforme documentos citados pelo jornal, teria contado com "operações heterodoxas".

— Esperamos que sejam denúncias vazias. Entretanto, para verificar isso, é importante ou abrimos uma comissão parlamentar de inquérito ou abrimos uma investi-

## Escórcio: vice do PMDB só após convenção

Na condição de vice-líder do PMDB, o senador Francisco Escórcio (MA) sugeriu às lideranças do partido que aguardem a realização da convenção, que deve acontecer até o dia 6 de junho, para definir o nome do candidato a vice na chapa do PSDB à Presidência da República. Seu objetivo, conforme explicou, é garantir a unidade do PMDB em torno do nome a ser escolhido e

dar tempo ao partido para acompanhar os desdobramentos, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), da investigação sobre a denúncia de cobrança de propina de R\$ 15 milhões no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, publicada pela revista *Veja*.



Francisco Escórcio defende unidade em torno do nome a ser escolhido

## Mozarildo destaca atuação de Neudo Campos

Os sete anos e três meses de administração do governador de Roraima, Neudo Ribeiro Campos, foram destacados em discurso na sexta-feira pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Segundo ele, as ações concretas e responsáveis do governador deram sustentação econômica e social para que o estado entre numa nova fase de desenvolvimento. O senador registrou que Neudo Campos deixou o governo para concorrer a uma vaga ao Senado.

Mozarildo Cavalcanti observou que, ao assumir o governo, em seu primeiro mandato, em 1995,



Mozarildo Cavalcanti reportou-se ao crescimento industrial de Roraima

Neudo Campos teve a preocupação de direcionar ações administrativas no sentido de criar bases de sustentação econômica do estado, até então fixadas somente nos repasses de verbas federais. Ainda na primeira gestão, lembrou, conseguiu asfaltar a BR-174, que liga Manaus à Venezuela, "e que se transformou num grande corredor de integração".

Na área energética, de acordo com o senador, o governo Neudo Campos deu importantes passos para viabilizar energia barata para toda a população, sem qualquer risco de blecaute, ao concretizar

a importação de 200 MW, pelo prazo de 20 anos, do complexo de Macáguas-Guri, na Venezuela.

Mozarildo Cavalcanti destacou ainda o crescimento industrial de Roraima nesses últimos sete anos. Segundo informou, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), que modernizou e diversificou todo o setor. O fundo também foi responsável pela concessão de empréstimos subsidiados a empresas para aquisição de máquinas, implementos agrícolas, veículos e peças de reposição, segundo informou.

No setor social, Mozarildo Cavalcanti ressaltou a criação de vários projetos, principalmente os relacionados à educação, como a implantação da escola de tempo integral.



José Alencar faz apelo aos parlamentares: "Não podemos ficar de braços cruzados"

## José Alencar quer manter escritório da antiga Sudene

Ainda há tempo para se impedir o fechamento do escritório regional da antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em Montes Claros (MG), que atende a 165 municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo. O alerta foi feito em Plenário, na sexta-feira, pelo senador José Alencar (PL-MG), que pediu aos senadores um esforço no sentido de apelarem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que não seja fechado o escritório.

– Não podemos ficar de braços cruzados enquanto o governo desmonta uma unidade da Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em substituição à Sudene) responsável pelo apoio a uma área maior do que Pernambuco e que precisa de impulso para seu desenvolvimento – afirmou Alencar, acrescentando que o escritório em Montes Claros desenvolveu 228 projetos nos setores industrial, agroindustrial, agrícola, agropecuário, de telecomunicações, de infra-estrutura e de turismo.

O senador informou que esses projetos geraram mais de 40 mil empregos diretos na região e disse ainda que 99% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e 60% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recolhidos dos empreendimentos localizados no norte mineiro são gerados por projetos implantados com recursos do Finor (Fundo de Investimento do Nordeste).

José Alencar explicou que a Adene vem realizando, em convênio com o governo de Minas Gerais, obras importantes de infra-estrutura socioeconômica, com ênfase nas áreas de recursos hídricos, saneamento básico, transportes e outras, além do atendimento à população em situações de calamidades, como secas e inundações.

# Carlos Wilson acusa governo de descaso com o Nordeste

Números divulgados pelo IBGE comprovam, segundo o senador, que "Fernando Henrique voltou suas costas para a região"

Os números divulgados esta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram citados na sexta-feira, em Plenário, pelo senador Carlos Wilson (PTB-PE), como prova de descaso do governo federal em relação ao Nordeste. Segundo pesquisa do instituto, 73% dos trabalhadores da região sobrevivem com até dois salários mínimos – o equivalente a R\$ 400 mensais.

O senador lamentou ter acreditado em promessas feitas há oito anos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o desenvolvimento da região, e classificou como "golpe mortal" a extinção, pelo governo, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), após o surgimento de denúncias de corrupção na concessão de incentivos fiscais.



Carlos Wilson lamentou ter acreditado em promessas feitas há oito anos por FHC

– Fernando Henrique voltou suas costas para a região e vai ficar conhecido como o cozeiro da Sudene e do Nordeste – afirmou Wilson.

De acordo com o senador, não há por que acreditar em eventuais promessas do pré-candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, de recriar a Sudene. Para ele, o pré-candidato tucano é o mais legítimo representante do "continuismo do preconceito e da discriminação com o Nordeste".

Mesmo que Serra consiga encontrar na região um candidato a vice-presidente, observou, dificilmente conseguirá convencer os eleitores nordestinos de que a situação do Nordeste vai melhorar.

– Gostaria de fazer um apelo ao meu amigo e colega José Serra. Cuidado! Não minta. Esta Casa já mostrou que não suporta mentiras. Não prometa o que não poderá cumprir. Você tem uma história a zelar. Não troque a sua integridade por promessas eleitorais – declarou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que não poderia deixar de compartilhar da indignação de Carlos Wilson com a destruição de entidades de desenvolvimento regional. Também em aparte, o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) afirmou que os nordestinos precisam ser olhados "com mais carinho e amor" pelo Brasil.

## Heloísa Helena cobra mais independência do Congresso

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez, na sexta-feira, um apelo para que o Parlamento brasileiro demonstre autonomia nas suas decisões na defesa dos interesses da população, passando a rejeitar, de forma veemente, quando necessário, as imposições do governo.

– O Congresso tem de deixar de ser o medíocre anexo do Palácio do Planalto – frisou a senadora, ao reclamar das últimas decisões do governo, contrárias aos interesses dos produtores agrícolas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Parlamento brasileiro, segundo Heloísa, "acaba de acatar os argumentos cretinos do governo federal, utilizados para vetar emendas que iriam resolver a questão da inadimplência dos financiamentos agrícolas das regiões mais pobres".

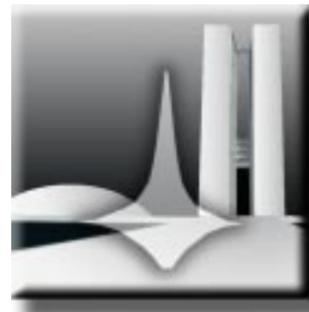
As emendas vetadas pelo governo, disse a senadora, "simplesmente davam aos produtores agrícolas das regiões mais pobres do país o mesmo tratamento já dispensado aos produtores das regiões mais ricas, do Sul e Sudeste, que tiveram

suas dívidas com o sistema de crédito agrícola, contraídas a partir de 1995, completamente repactuadas".

Para a senadora, o mais óbvio seria que o governo estendesse as condições de refinanciamento a todos os agricultores, principalmente aos das regiões mais pobres, como pretendiam as emendas vetadas no projeto de lei que tratava da renegociação do crédito agrícola.

Heloísa Helena lamentou ainda que o veto determinado pelo governo às suas lideranças contra os interesses dos produtores agrícolas das regiões mais pobres ocorra numa hora em que o Congresso dos Estados Unidos, "país que é a meca do capitalismo", acaba de aprovar a concessão de subsídios de US\$ 190 bilhões para o setor agrícola daquele país, e que representam um incremento de mais de 80% sobre os níveis de subsídios concedidos ao setor, no ano passado.

– O governo federal é irresponsável e subserviente às grandes nações – acusou a senadora, ao observar que o Congresso não pode



entrar em sintonia com decisões desse tipo, sob pena de desmoralizar-se perante a sociedade.

Em aparte, o senador José Alencar (PL-MG) disse que, somente para o setor de cotonicultura (cultivo do algodão), os Estados Unidos concederam, em 2001, cerca de US\$ 2,8 bilhões em subsídios. Para ele, esse quadro mostra o quanto a agricultura brasileira, que atua sem subsídio, é competitiva, tendo de enfrentar ainda os altos custos das más condições de infra-estrutura, principalmente das estradas.

Para Alencar, é preciso que os países ricos respeitem as regras de mercado e parem de dar subsídios aos seus produtores e de sobretaxar os produtos dos países menos desenvolvidos.



Segundo Lauro Campos, "foi a âncora da fome que manteve o êxito aparente do Plano Real"

## Lauro critica imposição de superávit fiscal

O senador Lauro Campos (PDT-DF) criticou a política adotada no Brasil, em consonância com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de produção de superávits primários. Segundo ele, uma análise histórica demonstra que o capitalismo não resiste a um longo período de superávits fiscais. Uma prova disso, salientou, é o fato de os Estados Unidos terem produzido, nos últimos 60 anos, apenas três anos de superávit fiscal.

– Não há capitalismo sem dívida pública. O déficit orçamentário nos EUA, desde 1820, não parou de crescer. E querem nos impor superávit. O capitalismo não é capaz de sobreviver em períodos de superávit orçamentário. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso escreveu que é impossível equilibrar o orçamento e pagar a dívida externa. E, agora, quer não apenas impor equilíbrio nas contas públicas, mas arrecadar mais do que gastar – analisou Lauro.

O senador ressaltou que, numa economia como a brasileira, fazer com que o governo produza superávits leva à situação registrada pelo relator especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, que diagnosticou que o Brasil vive, simultaneamente, os efeitos de três guerras civis, no que diz respeito ao número de mortes violentas registradas no país. Esse é, na opinião do senador, o preço que está sendo pago pela propalada estabilização.

– Os neoliberais capitaneados pelo ex-marxista Fernando Henrique dizem que o problema do Brasil é consumir demais. Daí a dificuldade de controlar a inflação e a política de redução dos salários. Deixaram os preços subir livremente e seguraram os salários. Temos preços de Primeiro Mundo e salários miseráveis. Foi a âncora da fome que manteve o êxito aparente do Plano Real, enquanto durou. Com ele, veio a violência – lamentou Lauro.